

Governo não cede sobre capacidade

O governo está disposto a discutir com os bancos credores estrangeiros qualquer aspecto de sua proposta de renegociação da dívida externa, mas não vai ceder num ponto que considera fundamental: a capacidade de pagamento do país nos próximos anos. Essa posição foi manifestada, ontem, pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, um dos principais negociadores da dívida. "O que importa é o fluxo de pagamentos, tudo o mais é negociável", assegurou, afirmando que o governo montou, para os próximos 45 anos, projeções de pagamentos anuais "em dólares e cents". Ele está convencido de que o Comitê Assessor da Dívida Externa, a quem a missão brasileira apresentou a proposta do governo Collor na semana passada, não rejeita o conceito de capacidade de pagamento.

Nos últimos dois dias, a equipe de negociadores do governo foi surpreendida com a divulgação, pelo jornal O Estado de S. Paulo, da integral da proposta apresentada aos credores em Nova Iorque e do texto que o Comitê Assessor da Dívida Externa entregou, na sexta-feira, em Nova Iorque, ao principal negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, contendo contundentes críticas à proposta brasileira. Ontem, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, reuniu-se com o embaixador

Dauster, com o secretário Kandir e com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e decidiram divulgar oficialmente a proposta levada pelo Brasil aos banqueiros.

A divulgação dos documentos por um credor estrangeiro não-identificado quebrou o compromisso de não tornar públicos os textos, assumido entre o comitê e os negociadores brasileiros. Ontem, Dauster garantiu ter recebido "com naturalidade" a carta onde há, entre outras críticas à proposta brasileira, a afirmação de que é inaceitável o refinanciamento de juros atrasados.

O embaixador relata que, ainda em Nova Iorque, respondeu imediatamente às críticas do Comitê Assessor, ponderando que os princípios propostos pelos credores não servem de base à negociação da dívida brasileira. "Esses princípios serviram de base à negociação concluída em 1988, e prejudicaram o combate à inflação e o crescimento econômico." Para Dauster, a negociação está apenas começando e as críticas do Comitê não afetam a continuação dos entendimentos.

Na próxima segunda-feira, chegará a Brasília uma equipe de seis economistas representando os bancos credores, chefiada por Lawrence Brainard, do Bankers Trust, para obter informações mais detalhadas sobre a proposta brasileira. Ontem, ao comentar a chegada da equipe, Antônio Kandir afirmou que não há qualquer possibilidade de serem alterados os cálculos sobre a capacidade de pagamento do país. "Confiamos bastante na capacidade dos nossos computadores", ironizou.

Distribuição — A capacidade brasileira de pagamento, segundo Kandir, é baseada, entre outros fa-

tores, no superávit esperado nas contas públicas, em financiamentos externos, na receita de aplicações feitas no exterior com as reservas em moeda estrangeira e tem como princípios básicos o crescimento econômico e o combate à inflação. A partir dessas fontes; e depois de atender compromissos internos como os resgates da dívida pública, o Brasil admite distribuir entre os credores, de diferentes portes, sua capacidade de pagar. Segundo Kandir, a necessidade dessa distribuição é uma das preocupações dos credores, e isso pode ser negociado sem problemas.

A negociação com os banqueiros privados evoluirá quase que simultaneamente às do Clube de Paris, que reúne agências oficiais de crédito, para as quais a equipe negociadora está preparando uma proposta diferente da que foi levada a Nova Iorque na semana passada. Nos próximos dias, os negociadores brasileiros deverão iniciar contatos informais com o presidente do Clube, Jean-Claude Trichet, para dar início às conversações. Enquanto isso, o governo brasileiro aguarda, com grande expectativa, a avaliação que o FMI deverá fazer, este mês, sobre o programa de ajuste econômico apresentado na Carta de Intenções e no Memorando Técnico ao Fundo, o que influirá na negociação da dívida externa brasileira.

Trabalhando com os cenários mais pessimistas possíveis, Kandir anuncia que para o próximo ano o governo projeta um crescimento zero do PIB. Para 1992 espera-se um crescimento de 3%, e para 1993 e 94 estão projetados, sucessivamente, crescimentos de 4% e 5%, revela. Essa projeção — explica — baseia-se na confiança da equipe econômica de que o Brasil é um país solúvel. No

momento em que o crescimento econômico alcançar taxas anuais de 7% e o nível de reservas exceder ao equivalente a cinco meses de importações (que hoje somariam cerca de US\$ 9 bilhões), Kandir afirma que o país poderá elevar o valor dos pagamentos aos credores acima dos desembolsos mínimos já programados.

Kandir responde à exigência dos credores de que o Brasil apresente garantias de que honrará os resgates dos bônus a serem colocados junto aos bancos privados estrangeiros, afirmando que a missão negociadora está aberta a discutir essa possibilidade. Ressalta, no entanto, que, se o país tiver de bancar os custos dessa garantia, precisaria ampliar o prazo de resgate desses bônus. Ele acredita que, depois de consolidado o processo de estabilização, o Brasil terá condições de liquidar rapidamente seus débitos externos, num prazo possivelmente inferior a vinte anos.

☐ O deputado César Maia (PDT-RJ) encaminhou sugestão ao presidente do Senado Federal, Nelson Carneiro, propondo que o governo submetesse à aprovação dos senadores — de acordo com a autorização prévia, dispositivo previsto no Artigo 52 da Constituição — a proposta de renegociação da dívida externa brasileira, na forma que está sendo apresentada aos credores em Nova Iorque. Essa autorização, segundo Maia, daria respaldo à equipe que renegocia a dívida. Além disso, caso os banqueiros internacionais exijam alterações no plano de pagamento, os negociadores do governo brasileiro poderiam argumentar que qualquer mudança na proposta só seria constitucional após nova votação pelo Senado Federal.